

## **DA COLONIZAÇÃO À ESCRAVIDÃO E SEUS RESQUÍCIOS:**

### **o preto como potência de dinamismo social, formação cultural e desenvolvimento econômico de um país**

**LEONARDO SANTANA BARRETO**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**MARCOS FREITAS DUTRA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**JOSÉ MIRANDA OLIVEIRA JÚNIOR**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

#### **Resumo**

Este artigo apresenta um diálogo traçado através das obras “O colono preto como fator da civilização brasileira” e “A arte culinária na Bahia” do escritor brasileiro Manuel Raimundo Querino (1851– 1923) e “Quarto de despejo: diário de uma favelada” da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914– 1977) que se comunicam a partir das suas análises sociais e realidades próprias. Partindo do enfoque dessas obras e relacionando-as com as leituras sociológicas, vimos a possibilidade de abordar como se encontram as ações políticas, a negação histórica de direitos e a construção do deslocamento social em relação às questões concernentes a raça e gênero, para as margens. Não obstante, esta interdisciplinaridade entre literatura e sociologia, também nos permitiu analisar o contexto educacional em relação a esse debate, quanto a tentativa do apagamento epistêmico desses escritores tanto no ensino básico como no ensino superior. Diante dessa afirmação que nos colocamos a observar sociologicamente a literatura de Querino (2018) e Jesus (2020) e pudemos perceber nossa história sendo contada de forma real, longe das perspectivas ilusórias apresentadas nos livros didáticos que nos acompanharam no decorrer da nossa trajetória escolar.

5084

**Palavras-chave:** Colono preto. Literatura. Sociologia.

#### **Abstract**

This article presents a dialogue traced through the works “The black colonist as a factor of Brazilian civilization” and “A arte culinária na Bahia” by the Brazilian writer Manuel Raimundo Querino (1851– 1923) and “Quarto de dump: diario de uma favelada” by Brazilian writer Carolina Maria de Jesus (1914– 1977) who communicate based on their social analyzes and their own realities. Starting from the focus of these works and relating them to sociological readings, we saw the possibility of addressing how political actions, the historical denial of rights and the construction of social displacement in relation to issues concerning race and gender are found, to the margins. However, this interdisciplinarity between literature and sociology also allowed us to analyze the educational context in relation to this debate, as well as the attempted epistemic erasure of these writers in both basic and higher education. Given this statement, we began to sociologically observe the literature of Querino (2018) and Jesus (2020) and we were able to see our story being told in a real way, far from the illusory perspectives presented in the textbooks that accompanied us throughout our school career.

**Keywords:** Black settler. Literature. Sociology

## Introdução

Os estudos das ciências sociais é o descortinamento do mundo real, o desprendimento do véu que nos separa das percepções socialmente comuns para as percepções socialmente críticas. É importante dizer que, as percepções socialmente críticas são intrínsecas a qualquer ser social, mas, aguçadas pelos ensinamentos presentes nas ciências sociais essa prática se torna irreversível, naturalmente realizáveis e a todo momento extremamente necessárias.

Diante dessa afirmação que nos colocamos a observar sociologicamente a literatura de Manuel Raimundo Querino (1851 – 1923) e Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977) e pudemos perceber nossa história sendo contada de forma real, longe das perspectivas ilusórias apresentadas nos livros didáticos que nos acompanharam no decorrer da nossa trajetória escolar.

Adensados à crítica ao perigo da história única presente nos livros didáticos, fazemos um aporte a história dos vencedores, aos quais os povos originários e os pretos chegados de África para nada contribuíram para a organização social, dinamismo cultural do nosso país.

Aqui defendemos que Querino não desconsidera a história, mas reconstrói a forma que ela é contada. Abolicionista, ele não se equivoca em colocar como verdadeiros colonizadores os pretos outrora escravizados e construtores de uma infinidade de características sociais as quais o Brasil se vê intrinsecamente arraigado.

Considerar uma existência pregressa dos pretos chegados ao continente sul-americano, como fez Querino, exalta a sua sociabilidade e as suas trocas ainda em terras originárias, certificando a fluidez dos acontecimentos e formação de sociedades cujas características se baseiam em estruturas próprias e, também, em características outras, adquiridas pelo advento do livre comércio marítimo que propiciava trocas com outros povos.

Em contrapartida, Carolina Maria de Jesus, nos alerta para uma realidade que já aponta como resultado de uma série de políticas e manobras do Estado que contribuem para a manutenção e continuidade do povo preto ainda nas margens sociais. Com ela, podemos analisar as estruturas sociais e seu funcionamento em prol do aumento da discrepância do binarismo sociedade oficial -sociedade marginalizada, e como o advento da história contribui para que essas perspectivas continuem dialogando com as estratégias de manutenção política.

Ademais, ressaltamos com este trabalho, a possibilidade de relacionar literaturas populares e acadêmicas, dialogando com diferentes públicos e reformulando a maneira de fazer

sociologia com a finalidade de abranger e agradar públicos estudantis que surgem ainda mais críticos e conclamam por novas didáticas de ensino-aprendizagem.

Esta análise consiste em rever nessas literaturas pouco estudadas e tão marginalizadas quanto seus escritores, possibilidades diferentes de abordagens de uma mesma história, buscando outros pontos de vistas, representatividade e o resgate dessas epistemologias que se veem emergentes nos estudos universitários, e também, no ensino básico.

## Desenvolvimento

Para se fazer entender as linhas que sucedem, faz-se necessário, não somente, saber da história da colonização do Brasil e sua formação imperial escravocrata, como também, desprender-se de visões tão distanciadas acerca deste momento histórico.

Defendemos a hipótese de que foi dentro desta perspectiva de análise que Manoel Querino reviu fatos e reconstruiu mitos em torno das realizações do colonizador em terras brasileiras, comparando, sobretudo, o quantitativo dessas realizações.

De modo mais amplo, Querino distanciou-se da veemência dialética das afirmações históricas e reconheceu no homem preto e na mulher preta, escravizados, naturalmente integrantes dessa sociedade, bem como, potentes colonizadores a imprimir aqui suas marcas, como se observa na apresentação da segunda edição do livro “O colono preto como fator da civilização brasileira” que descreve que

De um modo mais abrangente, Querino não enxerga o negro brasileiro como um africano desterrado, mas, a certa altura, como um ser profundamente nacional, fundador da nacionalidade, a rocha sobre a qual o grande povo brasileiro está assentado (Querino, 2018, p. 5)

Uma das primeiras observações a serem feitas para a compreensão do enfoque de Querino é de não distanciar o preto da formação social qual estamos filiados, como dito anteriormente ele é *um ser profundamente nacional*, tampouco, relacionar as nossas conquistas e todo o conjunto da nossa formação indenitária tão somente ao colonizador europeu, em absoluto.

Fundamentalmente e, sobretudo, atemporal, ele nos convida à aproximação do indivíduo preto — em antítese aos fatos históricos e à própria realidade —, ao preto, diga-se de passagem, subalternizado — em um evidente chamamento ao desfazimento da preconceituosa estrutura que existe e resiste à modernidade — e marginalizado pela sociedade que se firma historicamente à irresolução dos problemas étnico-raciais impostos pelo colonizador português de outrora, assegurado por médicos, artistas de todas as classes, literatas que sustentaram sua visão de austeridade. Estes que também, por ora, pulverizaram aprovação às teorias raciais de

embranquecimento, vendo na diversidade do nosso povo um laboratório experimental para o mundo.

Essas práticas, constituem, o perfil fetichista da sociedade que se baseia na colonização do outro, na própria ideia de posse sobre algo ou alguém, mais precisamente, de um alguém coisificado – o negro/a escravizado/a que se torna mercadoria -. A prática do racismo na sociedade brasileira torna-se estruturada e, passa a ser mantenedora direta desta construção psicossocial de homogeneidade, políticas higienistas e classes no binômio superioridade - subalternidade.

Todo este conjunto de práticas excludentes de uma população – corpos e cultura – denomina-se, tardiamente, como práticas genocidas no contexto da segunda guerra mundial, onde o “reconhecimento político- jurídico desse desastre humanitário trouxe a noção de que nenhum grupo humano deve ser perseguido” (John, Brandão, Cury, 2020, p. 441).

A perpetuação dos ideais racistas, tais como as de subalternidade e marginalização da população negra e das negritudes — esta última enquanto tudo que se torna meio de afirmação, sobrevivência e cultura de um povo —, é uma forma de posituação das políticas segregação do povo negro que permeiam no imaginário social como um ser ainda coisificado, objetivado às atividades braçais e servis, é uma demonstração de toda esta política em ação e resquícios da escravidão que, como Caetano Veloso canta parafraseando Joaquim Nabuco “permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”<sup>1</sup>.

Carolina Maria de Jesus e seu Quarto de despejo (2020), é um retrato fiel deste povo marcado pela consequência de uma história única, sobretudo, maioria social e crescente diante da falta de políticas públicas eficazes e alarmante ascensão das políticas de extermínio que marcam peles, localidades, classes que em sua grande maioria se encontram às margens de uma sociedade “oficial” majoritariamente branca.

Ela, mulher, pobre, preta, mãe solteira de três filhos e filiada às margens da grande São Paulo, vive desafiando-se a si mesma e a morte que a cerca. Desafiar-se está em trabalhar com fome, andar sem sapatos pelas ruas, compartilhar da insalubridade do seu lugar de moradia, comer do lixo, apartar brigas de vizinhos, ser ameaçada de morte quando a própria fome se lhe ameaçava, ser insultada, sair a catar papel ainda que doente, sofrer de racismo e sexismo por seus iguais, e por seus “não iguais”.

As práticas racistas que culminam na exclusão, desvantagem e desigualdade, que delimita a expansão social, cultural, religiosa – portanto, pessoal – no que diz respeito a

---

<sup>1</sup> Noites do norte, faixa de disco homônimo, Caetano Veloso, Universal Music, 2000

identificação e afirmação de si por múltiplos fatores nos meios sociais já se caracteriza crime e negação da pluralidade social e sua diversidade étnico-racial, de gênero. Silvio de Almeida, trata essa complexidade a partir do caráter sistêmico que é o racismo. O racismo ultrapassa a questão do preconceito e das múltiplas discriminações, não sendo uma anormalidade, mas a forma como a sociedade se constitui (Almeida, 2018).

Em seus relatos, escritos de 1955 a 1960, Jesus (2020) denuncia o preconceito racial e de classe, expõe sua realidade e a dos muitos moradores da favela do Canindé, além de importantes reflexões sobre política e sociedade. Ela vê em seus escritos uma forma de emergir da dura realidade, sobretudo, acredita em seu potencial quanto à escrita e à sua obra.

A publicação do “Quarto de despejo: diário de uma favelada” em 1960 evidencia a invisibilidade de um povo. Sua autora, retira o véu que esconde a verdadeira realidade do povo brasileiro dos olhos de todo o mundo. Descortina a farsa da abolição da escravatura e certifica a contínua estrutura do império quanto ao preconceito e a elitização de toda uma estrutura social.

Historicamente, estamos atrelados a uma história de delimitações que negam direitos para as populações negras, que desde antes, no Brasil império, via-se marginalizado, para além da obrigação de abandonar-se – enquanto indivíduo dotado de potencialidades e emancipado em terras originárias –, para caber na sociedade do outro – o branco, que sustentava uma homogeneidade hermética a ponto de não permitir interpretações e inclusões dos seus “não iguais”. Abdias do Nascimento, em 1997 afirmou que

Quando as nossas escolas ensinam apenas que o negro veio da África como escravo, cometem e perpetuam o crime de roubar de nossas crianças a sua própria história. Mas a história da África é o retrato do povo que durante quatro quintos de existência do Brasil, constituiu mais de dois terços de sua população e que ainda hoje compõem uma maioria minorizada. Até hoje nossos livros didáticos contam balela como aquela de que o africano aceitava a condição escrava. Ora! A história da escravidão no Brasil é a crônica da constante e multifacetada resistência dos africanos. (Nascimento, 1997, p. 39)

A história nos mostra que o Brasil foi construído sob o regime de escravização dos povos originários e das pessoas pretas, submetidos a um sistema cujos mecanismos foram a opressão e a violência – física e psíquica –. O Brasil torna-se fruto da desigualdade. O título “Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada” de Carolina Maria de Jesus, se refere ao panorama social a qual criticamente se debruça em observar e classificar “São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela, é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2020. p. 36).

A realidade escrita por Jesus (2020) em seu diário, de 1955 a 1960, não se distancia da realidade do Brasil contemporâneo, sobretudo das periferias das grandes cidades. Podemos

observar a *fome* o tempo todo descrito por ela, como uma política de morte usada pelo Estado para dominar as estruturas de poder e perpetuar as desigualdades nos lugares mais pobres. O filósofo e escritor camaronês, Achille Mbembe, define a necropolítica como

uma política da morte, em que instituições de poder como o Estado, executam suas políticas, inserindo, por exemplo, o racismo nos mecanismos de controle estatal com o objetivo de atingir diretamente a vida de determinados grupos sociais, como pessoas negras, indígenas e demais grupos alvos dessa política de morte (Mbembe, 2016).

Em direta discrepância de olhares pelo recorte temporal, mas não de realidades, Manoel Querino, anos antes em 1918, escreve seu ensaio “O colono preto como fator de civilização brasileira” onde explicitamente discute

a negritude como fator de civilização nacional, estabelecendo o negro como um colono, o ente que confere à terra todo o sentido humano em termos de economia e cultura [...]. O negro brasileiro reivindicado por Querino tem o talento da civilização, em detrimento do português, corajoso e hábil no exercício da força, mas um péssimo colonizador, inimigo das artes, da imprensa, da indústria etc. De um modo mais abrangente, Querino não enxerga o negro brasileiro como um africano desterrado, mas, a certa altura, como um ser profundamente nacional, fundador da nacionalidade, a rocha sobre a qual o grande povo brasileiro está assentado (Querino, 2018, p. 4- 5)

Outra importante observação assinalada no segundo capítulo da obra supracitada é de considerarmos os pretos, aqui outrora escravizados, possuidores de saberes próprios, bem como, formados e/ou influenciados, também, pela introdução de outros povos e outras culturas à sua realidade ainda no Continente Africano — o que mais uma vez evoca a desconstrução da história fortemente introduzida e reproduzida ao ensino escolar — elevando o preto africano e suas sabedorias e potencialidades, sem descartar ou diminuir as contribuições dos outros povos que por lá — em África — espalharam noções de civilidade e novas habilidades.

O advento da escravidão seguia seu fluxo e o português colonizador empregava mão de obra preta em diversas atividades, na agricultura e especialmente na plantação e colheita de café e cana de açúcar. A crescente leva de escravizados se intensifica em meados do século XVIII com o início da exploração das minas. Crescida a ambição, necessariamente era preciso expandir a mão de obra, e foram os pretos chegados aos montes que se tornaram, mais uma vez, colaboradores diretos dos portugueses nos engenhos, nas fazendas e nas minas do interior.

O tempo, pois, não parava de avançar e o cativo, nunca manso, tornara-se ainda mais cruel. O corpo cansado, a mente insone, e nas costas as marcas da maldade branca, que se revestia do animismo fetichista de ver, muitas vezes — pretos castigarem os próprios pretos — para satisfazerem suas vaidades, que abstendo-se da capacidade de colonizar, extravasavam e mostravam-se despidos de bondade com atos de covardia e insensibilidade.

Foram estes tempos difíceis, acrescidos de crescente crueldade que, defendemos ter sido, através do olhar de Querino, o ponto de culminância para se pensar novas possibilidades. Escapar do cativo era, pois, escapar do sofrimento e sobretudo, salvar-lhes a vida. Nenhum corpo suportara nestas terras o fardo pesado de uma escravidão tão longa e tão violenta, nenhum

outro lugar do mundo foi tão além quanto o império brasileiro em permanecer com atividades escravagistas por sucessivos anos, mesmo depois das críticas à prática, por tantas partes do mundo.

Irmanados, após formarem agrupamentos em senzalas, abraçando das mesmas necessidades e medos e compartilhando dos mesmos sofrimentos, não é estranho pensar que os pretos escravizados idealizassem juntos as fugas “desertando os engenhos e fazendas” (Querino, 2018. p. 22) dando início à Confederação Palmares, onde refugiaram-se impulsionados pela mesma e antiga vontade de conseguir a liberdade desejada.

É, também, através da Confederação dos Palmares que podemos nos certificar, mais uma vez das ideias de civilização dos pretos, como já afirmamos acima, isso porque, a iniciativa da confederação se organizou e seguia sua própria ideia de sociedade e de governo independente, que eles traziam na memória da sociedade africana.

Lá, em Palmares, com regimentos próprios, os pretos não permitiam certos comportamentos sociais, como permitiam os brancos no império brasileiro — o que reafirma a ideia de civilidade — mesmo antes de sua chegada ao *novo mundo*.

Colocando-se em nova posição, mas ainda continuando em subalternidade social, vivendo afastado e ainda sob olhares que lhe aspiravam desconfiança, o preto não se deu por vencido e conservou em si uma característica sua, usufruindo desta de forma que lhe fosse agora favorável, o trabalho antes violentamente obrigatório, tornara-se, pois, mão de obra propulsora de acúmulos e precursora de uma junta preta pela liberdade, como afirma

A custa de um trabalho insano, feito nas curtas horas reservadas ao descanso, o escravo rei pagou a sua alforria. Forro, reservou o fruto do seu trabalho para comprar a liberdade de um dos da tribo; os dois trabalharam juntos para o terceiro; outros para o quarto, e assim, sucessivamente, libertou-se a tribo inteira. (Querino, 2018, p. 26)

Esta ideia de acúmulo para compras de alforria, a ideia de administração do capital circular entre pretos em uma sociedade com regras, juros, cobradores, recebedores e administradores, deram a formação inicial das “juntas pela alforria” (Querino, 2018), num tempo onde não havia Caixas econômicas, cuja formação deu-se em 1831 no Rio de Janeiro, como sendo a primeira instituição com esta finalidade na América Latina, vindo para a Bahia nos mesmos moldes só em 1834 (Santos, 2021).

As contribuições dos colonos pretos não se deram de forma indireta e distante da casa grande, para além das atividades agrícolas, alguns deles eram relocados para trabalhos domésticos, o que os faziam mais próximos dos seus senhores e seus filhos conforme ilustra Querino que

de natureza afetiva, e, no geral, de boa índole e com a sua fidelidade à toda a prova, a sua inteligência, embora inculta, conquistava a estima dos seus senhores pelo sincero

devotamento, e sua dedicação muitas vezes até ao sacrifício. (Querino, 2018, p. 29-30)

Foi desta relação que surgiram novas atribuições que remodelavam, por ora, a relação entre senhor e escravo, a mucama, o lacaio confidente, as amas de leite e é sobre essa última, que o autor coloca como sustentáculo primordial da educação dos filhos da casa grande quando afirma que foi

com o produto do seu labor que os ricos senhores puderam manter os filhos nas universidades europeias, e depois nas faculdades de ensino do País, instruindo-os, educando-os, donde saíram veneráveis sacerdotes, consumados políticos, notáveis cientistas, eméritos literatos, valorosos militares, e todos quantos ao depois fizeram do Brasil colônia o Brasil independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados. (Querino, 2018, p. 30-31)

Não somente, na casa grande, as contribuições também atingiram fortemente o desenvolvimento culinário, como assevera Querino em seu livro “A arte culinária na Bahia” de 1928, afirmando que “proveio a cozinha baiana do regime alimentar português, alterado e melhorado pelo africano.” (Querino, 1957, p. 45).

É com uma reflexão da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie acerca do “perigo de uma história única que concluiremos nossos pensamentos neste artigo, sobretudo, porque “é impossível falar sobre a construção da história única sem mencionar a questão do poder.” (Alves, I; Alves, T, 2012).

Estamos habituados com uma história unilateral da nossa construção social e, sobretudo, estamos nos desenvolvendo presos a mesma, que por sua vez, inverídica ainda apresenta muitas arestas a serem aparadas, ou reparadas por políticas de ações afirmativas e também de reconhecimento de nós mesmos da nossa própria história.

5091

Quando refletimos sobre nossa própria história ou somos instigados à sua desconstrução, pensamos e identificamos quem ela sustenta e para quem ela se torna uma arma importante de perpetuação de seus valores, aqui no Brasil, desde colônia à contemporaneidade, vemos que uma sociedade majoritariamente branca se remonta e se vangloria de uma história de vitórias e conquistas sangrentas sobre populações ditas minoritárias socialmente.

Isso justifica também, porque obras de autores importantes como o Manuel Querino e Carolina Maria de Jesus continuam sendo pouco trabalhadas, uma remonta, reconstrói o imaginário do colonizador e transfere nosso desenvolvimento ao preto que continua sendo socialmente rechaçado por essa mesma sociedade que esconde a verdadeira história da nossa formação cultural, enquanto a outra, mais próxima e mais atual, revela a realidade que se constitui em resistência à falta de direitos e garantias aos quais não são facultativas, em absoluto, para a sociedade predominante, digamos, opressora.

O perigo de uma história única se resume neste retrato do Brasil que se insere numa política escancaradamente racista, sexista, xenófoba, negacionista, que mantém privilégios a uma restrita sociedade e encarcera o país num “quarto de despejo” com alarmantes dados de fome, morte e descaso.

Realizar uma observação crítica que se opõe a nossa realidade, conforme Querino fez, é mexer com a estrutura social e, portanto, transformar esta estrutura que mantém histórias e padrões. Essa também é uma justificativa do desinteresse e descaso pela educação que emancipadora, eleva a criticidade do aluno para pensar a sociedade de forma justa e igualitária, sobretudo elevando-o a conquistar espaços para além do mercado de trabalho.

A universalização não dá conta de englobar as individualidades, neste sentido, a escola passa a ser espelho de uma sociedade conhecida para o educando herdeiro de um capital cultural e possuidor de dom, e totalmente desconhecida para um educando de uma realidade oposta que, por vezes, não se vê representado nas exigências escolares ou nos valores por ela reproduzidos.

Evidenciar Manuel Querino, Carolina Maria de Jesus, Chimamanda Adichie, Neusa Santos Sousa, Isildinha Nogueira, Kabengele Munanga, Djamilia Ribeiro e tantos outros escritores e artistas em instituições de ensino é romper com a supremacia racial, é mostrar que desde outrora, pretos e pretas, ajudam a construir e a montar a sociedade brasileira através das suas perspectivas e realidades, de luta contra o racismo e tantas outras desigualdades que insistem em permear o pensamento social nacional.

## Considerações Finais

Foi tendo contato com esta literatura tão profunda e ao mesmo tempo tão ilimitada que entendemos o seu apagamento dos espaços de ensino, e aqui nos referimos tanto ao ensino básico quanto o superior. Muito se fala nas críticas feitas pelas ciências sociais sobre o apagamento epistêmico, e nos certificamos dessa tentativa acerca de Querino e Jesus.

Tais literatas caminham de encontro ao pensamento hegemônico de universalização, pautam em suas escritas o reconhecimento de lugar e a ocupação de um espaço que se faz de direito, o espaço de colonizadores e/ou o espaço da invisibilidade. Apesar do distanciamento desses lugares, as referências do tempo se enquadram em justifica-las, quando se tem de um lado, um escritor abolicionista e defensor dos fazeres sociais do povo preto, e do outro, uma mulher preta que apesar das lutas travadas no passado, vive à revelia de um poder dominante que lhe nega direitos.

Voltamos a salientar da importância da história reafirmada a muito tempo e repetidas vezes pelos livros didáticos para a manutenção de um poder social e que se encontra coeso para

a negação de direitos de uma sociedade similar a realidade de Carolina Maria de Jesus. Aprendemos a história pelo viés dos vencedores, ainda que eles, conforme Querino, pouco tenham, de fato, contribuído para a nossa construção social. Tornamo-nos reprodutores de uma história que justifica nosso próprio lugar tendo por base uma história inventada, ou cheia de inconclusões.

As literaturas por nós defendidas, e acima analisadas, estão na contramão da hegemonia, estão, tanto quanto os estudos das ciências sociais, preocupadas em descortinar realidades e ressignificar histórias e pontos de vista. Souza (2021) afirma que ‘uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo’ e é essa autonomia que Querino e Jesus adquirem ao escreverem sobre suas vidas, realidades e pontos de vista acerca de acontecimentos sociais aos quais se encontraram presentes. É, também, essa característica que reclamam acerca da sociedade preta, subalternizada, ditas minorias sociais, aos dias de hoje.

## Referências

ALVES, Iulo Almeida; ALVES, Tainá Almeida. **O perigo da história única: diálogos com Chimamanda Adichie**. o I Ciclo de Eventos Linguísticos, Literários e Culturais, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Jequié, Seção F: A abordagem social das identidades culturais. 2012

ALVES, Leandro Barbosa; ARAÚJO, Juliana Peixoto. **A formação do Brasil a partir da obra O colono preto como fator da civilização brasileira**. In. Democracia e direitos: Desafios da e para a ação pública. p. 2670 – 2676. Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCP.

JOHN, Júlia Castro; BRANDÃO, Clara Luísa Martins; CURY, Hector Soares. GENOCÍDIO NEGRO BRASILEIRO: notas sobre um racismo declarado. In: COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; SOARES, Hector Cury (Org.). **O "estado de mal-estar social" brasileiro**. IEPREV: Belo Horizonte, 2020. p. 436-461.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Arte & Ensaios – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº 32, dez. 2016.

NASCIMENTO, GABINETE DO SENADOR ABDIAS. Pensamento dos povos africanos e afrodescendentes. **Revista THOTH Escriba dos deuses**, Brasília, n. 1, p. 1 - 285, jan./abr. 1997

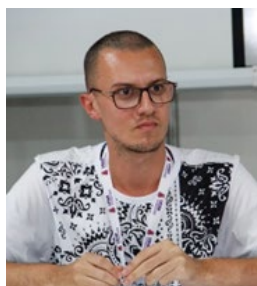
QUERINO, Manuel. **A arte culinária na Bahia**. Salvador, Bahia. Ensaios: Série Miniatura, vol. 1. Progresso editora, 1957.

\_\_\_\_\_, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. 2º ed. Jundiaí, São Paulo. Cadernos do Mundo Inteiro, Coleção acervo brasileiro, 2018

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A primeira caixa econômica da Bahia: Gênese e atividades iniciais (1834 – 1850)**. Áreas, Revista Internacional de Ciências Sociais, 41.

Experiencias de finanzas populares en el mundo iberoamericano en los siglos XIX y XX: cajas de ahorros y montes de piedad, p. 27 – 37.2021.

Autor 1:



Leonardo Santana Barreto

Licenciando em Ciências Sociais, UESB. Integrante do grupo de pesquisa Oju Obìnrín - Observatório de Mulheres Negras (CNPq-UESB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Prisões, Violência e Direitos Humanos, NEPP. Bolsista do PETI Ciências Sociais.

Email: [leonardosantanabarreto@gmail.com](mailto:leonardosantanabarreto@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9162377997621580>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1654-5497>

Autor 2:



Marcos Freitas Dutra

Licenciando em Ciências Sociais – UESB. Integrante do Clube de Leitura Preta – Sankofa da Biblioteca Comunitária Miro Cairo. Bolsista e Pesquisador do PETI Desenvolvimento Regional e membro da Teia dos Povos, da Chapada Diamantina.

Email: [cacao.marcos18@gmail.com](mailto:cacao.marcos18@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4146328968461763>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0278-5436>

5094

Autor 3:



José Miranda Oliveira Júnior

Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz e também é licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Email: [jose.junior@uesb.edu.br](mailto:jose.junior@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6313357233513689>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5133-4404>